



PROPOSIÇÕES DE COMBATE À COVID-19

SENADORA

MARA
GABRILLI





No dia 20 de maio o Brasil completou 2 meses em estado de calamidade pública, devido à pandemia provocada pelo novo coronavírus. O mundo todo luta contra a ameaça de um vírus cruel, que tem tirado vidas e que ameaça as economias globais, atingindo diretamente o emprego e o bolso de milhões de brasileiros.

Foram 2 meses de muita angústia e apreensão, mas também de muito trabalho no Senado Federal, que tem se reunido em sessões remotas para votar projetos importantes nesse momento. Durante esse tempo, a senadora Mara Gabrielli recebeu uma série de sugestões da sociedade civil. Além de apresentar 16 projetos de lei e 1 Proposta de Emenda à Constituição de sua autoria, Mara trabalhou dia e noite para analisar e propor melhorias a projetos apresentados por outros parlamentares e pelo Governo Federal.

Confira abaixo alguns projetos apresentados pela senadora Mara Gabrielli para trazer mais justiça e apoiar ações sociais durante a pandemia:

PL 1121/20

27 de março de 2020

Proíbe interrupção e reajuste de serviços públicos essenciais, como luz, gás e internet

O projeto veda a interrupção da prestação dos serviços e a revisão de tarifas durante o período em que for decretada calamidade pública federal, além de proibir o corte por inadimplência do usuário.

PL 1856/20

14 de abril de 2020

Inclui entre as atividades essenciais aquelas necessárias à logística do fornecimento de produtos fora do estabelecimento comercial (delivery)

Trabalhadores dos sistemas de entrega podem ser incluídos em legislação que garante proteção à saúde a esses profissionais para o enfrentamento da emergência de saúde pública causada pela Covid-19.

PL 1857/20

14 de abril de 2020

Suspende, de 3 a 6 meses, o pagamento de empréstimos consignados tomados por aposentados

Aposentados que tenham empréstimos consignados em instituições financeiras podem ser beneficiados com proposta que suspende em até seis meses o débito das parcelas durante a pandemia causada pelo novo coronavírus no Brasil.

PL 2021/20

20 de abril de 2020

Autoriza o afastamento de cláusulas de fidelidade em contratos firmados antes da decretação da calamidade pública do coronavírus

O projeto altera o Código de Defesa do Consumidor para garantir aos consumidores o direito de rever fidelidade em contratos assinados antes do estado de calamidade pública decretado no país, em 20/3.

PL 2022/20

20 de abril de 2020

Cria o o Programa Nacional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil

Proposta traz linha especial de crédito que será disponibilizada às organizações para que financiem suas atividades pelo prazo que durar o estado de calamidade pública causado pela pandemia da Covid-19 no Brasil.

PL 2023/20

20 de abril de 2020

Suspende por 3 meses o pagamento de dívidas tomadas por hospitais filantrópicos

As Santas Casas e os demais hospitais filantrópicos, que atuam diretamente no combate ao vírus e que tenham como garantia recebíveis do SUS, poderão ter suas dívidas suspensas durante o estado de calamidade pública na saúde.

PL 2113/20

23 de abril de 2020

Impede que o seguro de assistência médica ou hospitalar, bem como o seguro de vida, tenha restrição de cobertura a qualquer doença ou lesão provocada pela pandemia

Proposta garante cobertura total de seguros de assistência médica ou hospitalar, de vida ou de invalidez permanente a qualquer doença ou lesão decorrente da emergência de saúde pública causada pelo novo coronavírus.

PL 2178/20

27 de abril de 2020

Prevê transporte de acompanhante da pessoa com deficiência durante a pandemia

Altera a Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146/2015) para garantir transporte segregado ao acompanhante da pessoa com deficiência, que desempenhe a função de atendente pessoal, durante a pandemia.

PL 2288/20

29 de abril de 2020

Torna obrigatória a elaboração de planos emergenciais de proteção dos segmentos mais vulneráveis da população

A proposta prevê que o governo federal deverá elaborar planos para atender não somente as pessoas com deficiência, mas também as pessoas idosas; povos indígenas e tradicionais; pacientes oncológicos, pessoas com doenças raras e pessoas com doenças ou condições crônicas que aumentem a probabilidade de desenvolvimento de quadros graves.

PL 2289/20

29 de abril de 2020

ISENTA DE TRIBUTOS AS DOAÇÕES INTERNACIONAIS PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO COMBATE AO CORONAVÍRUS

O projeto propõe isentar de tributos federais as doações de produtos importados do exterior destinada às organizações da sociedade civil. A medida é válida apenas enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Covid-19.

PEC 14/20

29 de abril de 2020

VEDA IMPOSTO (ITCD) SOBRE AS TRANSMISSÕES E DOAÇÕES ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E AOS INSTITUTOS DE PESQUISA SEM FINS LUCRATIVOS

A PEC pretende vedar a incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação sobre doações realizadas às organizações da sociedade civil e aos institutos de pesquisa sem fins lucrativos.

PL 2425/20

6 de maio de 2020

PREVÊ IGUALDADE NA PRESTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS MIGRANTES

Estrangeiros residentes no Brasil podem ter direito ao auxílio emergencial de R\$ 600 para enfrentar a atual situação de calamidade pública. O projeto assegura o acesso ao benefício sem discriminação por nacionalidade ou condição migratória.

PL 2443/20

6 de maio de 2020

SUSPENDE EXIGÊNCIAS E A REPACTUA CONDIÇÕES PARA AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS

Medida auxilia os esforços sociais no combate à doença, possibilitando a continuidade do importante papel cumprido pelas organizações da sociedade civil, que atuam em áreas essenciais como saúde, educação, assistência social, segurança alimentar e nutricional, combate à pobreza e outras atividades de interesse público e cunho social.

SENADORA

MARA
GABRILLI



PLP 118/20

6 de maio de 2020

Institui a Contribuição Social sobre Altas Rendas da Pessoa Física para salários acima de R\$ 80.000

O Projeto de Lei Complementar cria a Contribuição Social sobre Altas Rendas da Pessoa Física. A estimativa é de que a nova contribuição atingiria uma parcela pequena dos contribuintes e traria um incremento de R\$ 72 bilhões na arrecadação anual.

PL 2631/20

13 de maio de 2020

Assegura a manutenção do plano de saúde, por um ano, aos empregados que tiverem seu contrato rescindido ou suspenso

A previsão se estende aos servidores públicos que vierem a ser exonerados durante a crise do coronavírus. Em todos os casos, suas famílias, dependentes e sucessores serão cobertos. A responsabilidade do pagamento aos planos de saúde cabe ao empregador, no caso de suspensão contratual, ou do empregado, se for demitido ou exonerado.

Para conhecer mais detalhes sobre cada um dos projetos apresentados, acesse:



www.maragabrilli.com.br

Acompanhe nosso trabalho nas redes:



@maragabrilli

SENADORA
**MARA
GABRILLI**

